



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO



## DESPACHO

Nomeio Relator(a) o(a) Senhor(a) Deputado(a)  
VALDEMAR JÚNIOR....., referente  
ao(a) P.R.E. nº 01/2025 na Comissão de  
Constituição, Justiça e Redação.

Sala das Comissões, 11 de março de 2025.

  
Deputado **VALDEMAR JÚNIOR**  
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

**REFERÊNCIA:** Projeto de Lei nº 01/2025

**AUTOR:** Governador do Estado do Tocantins

**ASSUNTO:** Altera a Lei nº 3.461, de 25 de abril de 2019, a Lei nº 3.195, de 26 de abril de 2017, a Lei nº 1.650, de 29 de dezembro de 2005, e a Lei nº 1.545, de 30 de dezembro de 2004 e adota outras providências.

**RELATOR:** Deputado VALDEMAR JÚNIOR


**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER**

O Chefe do Poder Executivo encaminhou para esta Casa de Leis, o Projeto de Lei nº 01/2025, que “Altera a Lei nº 3.461, de 25 de abril de 2019, a Lei nº 3.195, de 26 de abril de 2017, a Lei nº 1.650, de 29 de dezembro de 2005, e a Lei nº 1.545, de 30 de dezembro de 2004 e adota outras providências”.

Aduz o Autor, que a propositura tem por objetivo a criação do cargo de oficial investigador de polícia, no âmbito da Lei Estadual nº 3.461/2019, com a consequente extinção dos cargos de agente e escrivão de polícia, com vistas a garantir a conformidade da legislação estadual à federal, especialmente quanto às disposições da Lei Federal nº 14.735, de 23 de novembro de 2023, que institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis.

Complementa na justificativa que a proposta também promove ajustes nas Leis Estaduais nº 1.650, de 29 de dezembro de 2005, nº 3.195, de 26 de abril de 2017, e nº 1.545, de 30 de dezembro de 2004, adequando seus textos normativos e respectivos anexos para assegurar a conformidade das disposições legais com as alterações promovidas, de modo a fortalecer o desempenho das funções investigativas e a estrutura organizacional da Segurança Pública.



A proposição foi encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a quem compete à análise do aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e técnica legislativa, para efeito de admissibilidade e tramitação, nos termos do artigo 46, inciso I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

Sob o ponto de vista legal e constitucional, não vislumbro óbice à aprovação da propositura, uma vez que não há vícios de iniciativa, bem como inconstitucionalidade material de qualquer natureza.

Também não há reparos a fazer quanto à juridicidade, bem como quanto à técnica legislativa.

Ante o exposto, por atender os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimental, **VOTO** pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei nº 01/2025**, na forma original.

**É o PARECER.**

Sala das Comissões, em 11 de março de 2025.



Deputado **VALDEMAR JÚNIOR**

Relator



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

DESPACHO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprovou, o Parecer do(a) Relator(a) Senhor(a) Deputado(a) VALDEMAR JÚNIOR, referente ao(a) PLG nº 01/2025

OBS:.....

Encaminhe-se (a)(ao) Arquivo de Finanças Tribu-  
toário Fiscalização e Control

Sala das Comissões, 11 de maio de 2025

*[assinatura]*  
Deputado VALDEMAR JÚNIOR

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

**MEMBROS EFETIVOS**

Dep. VALDEMAR JÚNIOR <i>(✓)</i>
Dep. LEO BARBOSA ( )
Dep. CLAUDIA LELIS ( )
Dep. GUTIERRES TORQUATO <i>(✓)</i>
Dep. MOISEMAR MARINHO <i>(✓)</i>

**MEMBROS SUPLENTES**

Dep. JORGE FREDERICO ( )
Dep. OLYNTHO NETO ( )
Dep. PROF. JÚNIOR GEO <i>(✓)</i>
Dep. GIPÃO ( )
Dep. MARCUS MARCELO ( )